

**COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA,
ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA**

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 162, DE 2020

Institui o Simples Social - tratamento simplificado para as obrigações acessórias das Organizações da Sociedade Civil de pequeno porte e estabelece requisitos em atendimento à exigência do §7º do artigo 195 da Constituição Federal.

Autor: Deputado FRANCISCO JR.

Relator: Deputado PASTOR HENRIQUE VIEIRA

I – RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei Complementar que visa instituir o Simples Nacional – tratamento simplificado para as obrigações acessórias das Organizações da Sociedade Civil de pequeno porte, além de estabelecer requisitos em atendimento à exigência do §7º, do artigo 195, da Constituição Federal.

A proposta apresentada pelo ilustre Deputado Francisco Jr. (PSD/GO) visa regulamentar o artigo 195, §7º, da Constituição da República, bem como dar mais concretude ao disposto no art. 150, VI, “c”, fundamentando sua iniciativa nos grandes benefícios que o setor filantrópico traz para o Brasil. Ou seja, para além da necessidade de regulamentar dispositivos constitucionais, a contrapartida oferecida pelas entidades filantrópicas à sociedade brasileira justificaria, por si só, um tratamento tributário diferenciado a elas.

O PL foi apresentado em 09 de junho de 2020.

Despacho da Mesa Diretora, em 03 de dezembro de 2020, determinou que a proposta tramitasse na Comissão de Seguridade Social e Família, na Comissão de Finanças e Tributação e na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, estando sujeita à apreciação do plenário, em regime de prioridade.



Em 11 de março de 2021, o PLP foi recebido pela então Comissão de Seguridade Social e Família, tendo sido designado como Relator o Deputado Eduardo Barbosa (PSDB/MG).

O Relator Deputado Eduardo Barbosa apresentou parecer sobre o projeto, pela aprovação, na forma de um substitutivo, em 19 de dezembro de 2022. No entanto, o parecer e substitutivo não chegaram a ser deliberados pela Comissão.

O PLP foi então recebido pela Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família (CPASF), em 29 de março de 2023, em decorrência da extinção da antiga Comissão de Seguridade e Família.

Em 29 de maio de 2023, fui designado Relator da proposta.

É o que cabe relatar.

II - VOTO DO RELATOR

O Projeto de Lei Complementar nº. 162, de 2020, visa dar novo tratamento às Organizações da Sociedade Civil, mais especificamente em relação às suas obrigações acessórias. E o faz instituindo, por um lado, o “Simples Social”, que a exemplo do “Simples Nacional” para as micro e pequenas empresas, pretende conferir tratamento simplificado às obrigações acessórias das Organizações da Sociedade Civil e, por outro, ao regular o art. 195, §7º, da Constituição da República Federativa do Brasil, estabelece os requisitos para que essas entidades possam acessar a imunidade tributária ali consignada.

É preciso registrar, inicialmente, que o PLP parte de uma preocupação bastante nobre, ou seja, de conferir benefícios a entidades que contribuem tanto com a remediação e solução de graves problemas sociais, como a falta de acesso à saúde, à educação e a carência na assistência social, dentre outros.

Justamente em virtude disso é que, concretizando a norma constitucional que estabeleceu imunidade tributária às entidades beneficentes, no art. 195, §7º a Lei Complementar nº. 187, de 16 de dezembro de 2021, foi aprovada, que tem como principal objetivo o de regulamentar o dispositivo constitucional.

Com efeito, a presente iniciativa legislativa foi proposta em 2020, antes, portanto, da aprovação da Lei Complementar nº. 187, de modo que no momento em que



foi apresentada, de fato havia uma lacuna no ordenamento jurídico, que o PLP pretendia preencher, a qual, porém, não existe mais.

A Lei Complementar nº. 187/2021 é bastante detalhada e sua aprovação foi precedida de participação social sobre o seu teor.

Durante sua tramitação na Câmara dos Deputados, quando a iniciativa se encontrava na Comissão de Seguridade Social e Família, foi realizada uma audiência pública, que contou com a participação de diversos atores da sociedade civil, representando as entidades que seriam beneficiadas pela aprovação da Lei Complementar.

Na mesma Comissão, foram também realizadas reuniões temáticas, com a presença de representantes de entidades beneficentes oriundas das áreas da educação, saúde e assistência social. Ademais, foram analisadas contribuições oriundas de diversos órgãos do Estado Brasileiro¹.

Ademais, muitos elementos constantes na proposta ora em análise já se encontram contemplados pela Lei Complementar nº. 187/2021, a exemplo da vedação de distribuição de resultados e dividendos; a vedação de remuneração a diretores e conselheiros; obrigatoriedade de aplicar a renda e superavit na manutenção da entidade; registro de escrituração contábil.

A Lei Complementar nº. 187/2021 foi aprovada em dezembro de 2021, de modo que ainda é curto o período decorrido para avaliar se ela necessita de atualizações ou aperfeiçoamentos. Assim, em relação aos dispositivos do PLP 162/2020, que pretendem regulamentar a imunidade tributária às entidades beneficentes de assistência social, somos contrários à sua aprovação, por se tratar de uma legislação detalhada, que contou, em seu processo de tramitação com a participação da sociedade civil, além de ser cedo para propor modificações no regime instituído por ela.

Passemos, então, para a análise do outro elemento que o PLP 162/2020 pretende regulamentar: a criação do Simples Social, que consistiria no tratamento simplificado para as obrigações acessórias das Organizações da Sociedade Civil.

¹ Tais informações foram obtidas no Parecer do Relator do PLP 134/19, Deputado Antônio Brito, o qual manifestou-se pela aprovação da proposta, nos termos do Substitutivo, apresentado à Comissão de Seguridade Social e Família, em 10 de setembro de 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2071310&filename=PRL+1+CSSF+%3D%3E+PLP+134/2019>



A proposta ora sob análise pretende reproduzir para as Organizações da Sociedade Civil o programa de simplificação tributária previsto para as micro e pequenas empresas, instituído pelo Simples Nacional.

O Simples Nacional foi instituído pela Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, a partir da prerrogativa concedida pelo art. 146, inciso III, alínea *d*, na qual se lê:

Art. 146. Cabe à lei complementar:

[...]

III - estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre:

[...]

d) definição de tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte, inclusive regimes especiais ou simplificados no caso do imposto previsto no art. 155, II, das contribuições previstas no art. 195, I e §§ 12 e 13, e da contribuição a que se refere o art. 239.

Observe-se que, no âmbito do Sistema Tributário Nacional, a edição de lei complementar só pode ser feita para "complementar" as disposições constitucionais quando expressamente exigidas essas leis na própria Constituição Federal.

Reafirma-se, portanto, que o Simples Nacional é um regime especial de tributação que só foi implantado em obediência a princípios insculpidos na própria Constituição, para permitir, excepcionalmente, que as pequenas empresas possam recolher, de forma unificada, simplificada e reduzida, os tributos federais, estaduais e municipais que incidem sobre as suas atividades.

Deste modo, para que o Poder Legislativo pudesse legislar de modo similar, no tocante às Organizações da Sociedade, seria preciso que tivesse autorização constitucional para tal, o que não é o caso.

Sendo assim, por se tratar de proposta legislativa que extrapola os limites legiferantes concedidos pelo Poder Constituinte, é que somos, também no aspecto do PLP 162/2020 que cria o Simples Social, contrários à proposta legislativa ora em análise.

Ante o quadro e sem deixar de louvar a iniciativa do autor do PLP 162/20, movido pela necessidade de fazer justiça às Organizações da Sociedade Civil que tanto dão à sociedade brasileira, meu voto é pela rejeição do Projeto de Lei Complementar nº. 162/2020.



Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputado **PASTOR HENRIQUE VIEIRA**
Relator

